A EMERGÊNCIA DA PERIFERIA NO SISTEMA MUNDIAL: DA CONFERÊNCIA DE BANDUNG À CONFERÊNCIA DE BUENOS AIRES (1955-1978)

Analúcia Danilevicz Pereira¹ Klei Medeiros ²

Introdução

A história do sistema mundial implica a existência de regiões centrais e periféricas. Antes da descolonização dos povos, as relações entre a periferia se deram em escala reduzida e intermediadas pelo centro³. Nesse sentido, a Conferência de Bandung e outros mecanismos multilaterais como o Movimento dos Não-Alinhados e o G-77 inauguram uma nova etapa na história mundial, sendo o ponta pé inicial do desenvolvimento das relações sul-sul. Pela primeira vez, a periferia do sistema mundial passa a se organizar em torno de princípios, valores e ideias comuns que serviriam de base para as suas estratégias de atuação externa em um contexto de Guerra Fria. Neste primeiro

I Professora de Relações Internacionais e dos Programas de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais e em Ciência Política da UFRGS. Pesquisadora do NERINT/UFRGS e coordenadora do CEBRAFRICA/UFRGS. E-mail: ana.danilevicz@ufrgs.br

² Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Graduando em Relações Internacionais na mesma universidade e Bacharel em Administração na Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É pesquisador do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV). E-mail: kleimedeiros@gmail.com

³ O caso, por exemplo, do comércio triangular que ligava a Europa com a América e com a África, movimentando fatores de produção entre os três continentes criou um dos principais mecanismos de engenharia social da era moderna: os sistemas de *plantations* na América (OSTERHAMMEL & PETERSON, 2005). Tratava-se de um arranjo Sul-Norte-Sul, em que havia pouca margem de manobra para o desenvolvimento de relações autônomas entre América e África.

momento, as demandas principais eram acelerar a descolonização e garantir o não-alinhamento a nenhuma das potências no contexto da Guerra Fria, mantendo uma autonomia que permitisse a soberania e autodeterminação dos povos. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo caracterizar e periodizar historicamente a evolução das relações entre a periferia, com destaque para o momento de prelúdio da atual Cooperação Sul-Sul, desenvolvido entre os anos 1950 e 1970, que teria assentado as bases para uma agenda econômica, política e social, que seria resgatada de certa forma no momento recente, porém sob novas bases de organização.

Assim como a realização da Conferência de Bandung contou com o papel fundamental da articulação entre Índia e China, temos na atualidade uma discussão importante sobre o papel que países intermediários vêm exercendo na promoção da Cooperação Sul-Sul. A semiperiferia se coloca como porta-voz legítima do desenvolvimento dos países do Sul, mas ao mesmo tempo é acusada de atuar da mesma forma que os países centrais, sob a lógica de ampliação dos mercados e dos seus interesses estratégicos no âmbito global. Nesse sentido, é fundamental uma discussão que resgate os princípios basilares da Conferência de Bandung, pautados na não-interferência em assuntos internos de outros países e na necessidade de desenvolver relações horizontais entre países subdesenvolvidos, baseadas na cooperação e na ideia de reciprocidade.

Historicamente, podemos reconhecer a Europa durante a época feudal como região periférica em relação ao mundo árabe-islâmico (Norte da África e Oriente Médio), dentro de sistemas regionais que funcionavam a partir de uma lógica tributária, na qual a distribuição de recursos se dava de acordo com a centralização de poder. Inúmeras formas protocapitalistas existiram tanto na Europa quanto em outras regiões, baseadas na organização do trabalho e do capital em grandes cidades mercantis. Estas formas protocapitalistas se desenvolveram justamente na Europa no contexto da expansão marítima (e consequentemente territorial) e se refletiram na criação de um novo sistema mundial capitalista, em que a Europa não mais seria a região periférica (Amin 1997).

O sistema mundial capitalista atravessa séculos de longos ciclos de acumulação e retração, com a consequente ascensão e queda de grandes potências. Se até o século XIX teríamos sucessivas hegemonias de países europeus, que se desenvolviam através de uma concorrência dos Estados pelos capitais circulantes, o século XX traz à tona a *Pax* Americana, após duas guerras mundiais que rearranjaram o equilíbrio de poder mundial. Em termos econômicos, isso não significou a relegação da Europa à uma nova condição de periferia, visto que logo após a Segunda Guerra boa parte dos investimen-

tos norte-americanos se destinaram à sua reconstrução, dentro de uma lógica de Cooperação Norte-Norte. Tal atitude foi necessária para dar continuidade à expansão do sistema capitalista mundial e assegurar o monopólio das potências capitalistas do Norte sobre a governança global. A fracassada tentativa do Brasil em ser o sexto membro permanente do Conselho de Segurança da ONU evidenciou que o Terceiro Mundo não teria voz nas questões estratégicas internacionais.

Dado que o sistema-mundo capitalista se expandiu devido não apenas à competição interestatal pelo capital circulante, mas também à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político, o que se verificou entre as potências do Norte foi não somente uma concorrência, mas uma concentração do poder político cada vez maior (Arrighi 1996). Aos países latino-americanos e às colônias afro-asiáticas, que compunham grande parte da população e territórios mundiais, seria garantido pouco espaço de atuação e manobra para o seu desenvolvimento e autonomia. Apesar disso, a dimensão política do subsistema socialista representava, durante a Guerra Fria, uma alternativa possível em um contexto em que as lutas de libertação nacional clamavam por maior autonomia e independência frente às metrópoles capitalistas. É nesse contexto que tem surgimento a ideia de Terceiro Mundo, de Não-Alinhamento e de substituição da luta política Leste-Oeste por uma luta econômica Norte-Sul⁴.

Dentro desse contexto, o presente artigo se propõe a uma abordagem histórico-analítica sobre a emergência da periferia, suas principais demandas e formas de articulação. Para tanto, metodologicamente serão identificados diferentes momentos pelos quais as relações sul-sul passaram. Geograficamente, será destacada a expansão das ideias e práticas terceiro-mundistas, que em um primeiro momento irão se concentrar exclusivamente em parte da Ásia e da África (Grupo de Bandung) e depois irão se consolidar na América Latina, sobretudo nos anos 70. Além disso, serão destacadas, de acordo com a teoria da ação coletiva (Olson 1965), características do arranjo organizacional entre a periferia, suas estratégias de atuação e os instrumentos utilizados para garantir coesão do bloco em cada período. Concomitantemente, será destacado o lugar da periferia no sistema-mundo atual (Amin 1997; Amin 2010; Arrighi 1996; Wallerstein 1992).

Na primeira seção deste artigo, será analisada a fase inicial das Relações Sul-Sul, situando a Conferência de Bandung como marco inicial do esta-

⁴ A coadunação das ideias de independência nacional e socialismo foi a fonte ideológica principal com a qual se desenvolveriam os princípios de uma parte do Terceiro Mundo (lembrando que a maioria dos países participantes da Conferência de Bandung se declaravam socialistas).

belecimento de uma estratégia comum, bem como de princípios e valores que iriam reger as relações entre países do Terceiro Mundo. Institucionalmente, são criados o Movimento dos Não Alinhados (MNAL) e o G-77, e são apresentadas as primeiras iniciativas políticas e econômicas de cooperação entre países do Sul. Os novos países independentes (no sentido formal) reagem ao neocolonialismo através da tentativa de estabelecer relações horizontais com países que enfrentam problemas comuns, como desigualdade, pobreza, fome e altos índices de mortalidade infantil.

Essas reivindicações apresentadas nos princípios de Bandung e nas diversas conferências que tratariam do tema do desenvolvimento na época, passariam a ser defendidas no âmbito da ONU, que passaria a constantemente institucionalizar e englobar a agenda da Cooperação Sul-Sul. Para tanto, na segunda seção do artigo serão destacadas as principais questões apresentadas por países do Sul em termos de agenda política e econômica em organizações internacionais, no contexto de acirramento da disputa bipolar da Guerra Fria nos anos 1970. Em 1978, pela primeira vez em uma Conferência da ONU é utilizado o conceito de Cooperação Sul-Sul, e dela se segue na década de 1980 um certo esfriamento das relações entre a periferia dado o contexto de acentuação da disputa Leste-Oeste, da multiplicação de experiências neoliberais e da cooperação Norte-Sul com condicionalidades, sobretudo as exigências de ajustes fiscais e austeridade econômica como critério para o recebimento de auxílio. Sendo assim, na terceira seção do artigo, que consiste nas conclusões, será analisado o momento atual da Cooperação Sul-Sul, que após o refluxo da década neoliberal alcança novo ânimo político sob a forma da criação de coalizões de geometria variável, que acrescentam um componente de revisão da ordem internacional tanto em termos Leste-Oeste, quanto Norte-Sul.

1. De Bandung à Havana (1955-1966): Descolonização e emergência de uma Agenda do Terceiro Mundo

A primeira fase da Guerra Fria se daria em meio a mais uma expansão do sistema mundial capitalista sob a hegemonia norte-americana. Os primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial se caracterizariam pela busca por zonas de influência por parte dos EUA e URSS, além da reconstrução da Europa, através do Plano Marshall⁵, e da transformação do Japão em uma espécie de protetorado dos EUA. Na Ásia em geral, começam a se desenvolver

⁵ Para a Ásia, houve uma espécie de Plano Marshall, o chamado Plano Colombo, que previa ajuda financeira por parte dos EUA para a reconstrução dos países asiáticos devastados pela guerra e para o desenvolvimento socioeconômico dos países da região.

movimentos de libertação nacional que depois iriam se espalhar pela África na década de 1960. O fato de os movimentos de libertação terem ocorrido inicialmente na Ásia garantiu a esse continente o *status* de liderança no processo de formação do Terceiro Mundo, sendo a Conferência de Bandung a manifestação desse protagonismo asiático nos movimentos em prol da descolonização.

Ao se colocarem como uma terceira força no jogo da Guerra Fria, os países asiáticos, especialmente Índia e China, rompem com a ideia de bipolaridade e trazem a ideia de multipolaridade de forma precoce. Nesse sentido, a *Pax* Americana carrega consigo uma maior instabilidade, visto que, diferentemente do que acontecia nas sucessivas hegemonias europeias dos séculos anteriores, a periferia deixa de estar diretamente atrelada ao centro, na forma de colônias. O fato de Índia e China, diferentemente da União Soviética, terem sido vítimas da colonização, lhes conferiam um grau de legitimidade como porta-vozes e líderes do Terceiro Mundo, o que possui implicações na projeção externa desses dois países no século XXI.

A atuação dos EUA na Ásia já se fazia presente no sentido de ser um substituto à presença francesa e inglesa e pressionar os regimes socialistas da primeira etapa de descolonização (China, Coréia, Vietnã) e as lutas nacionalistas (Índia e Indonésia). Na Ásia, os EUA tinham interesse, como nova potência econômica, em investir seu excedente de capital e expandir os tentáculos de suas empresas transnacionais e, com isso, defendiam a abolição de formas de protecionismo, apoiando a descolonização. Para tanto, parte de sua estratégia consistia em criar um novo polo de poder na Ásia, o Japão, através da restauração da sua economia, além do investimento nas relações com Taiwan, garantindo a soberania dessa ilha de valor estratégico pela proximidade com a China (Visentini 2011).

Especificamente a questão da Indonésia motivou a realização da Conferência de Colombo, onde foi discutida a articulação de uma frente neutralista para contrapor a atuação dos americanos, que tomavam o lugar dos franceses no conflito. A Conferência de Colombo contou com a presença da Índia, Paquistão, Indonésia, Birmânia (Mianmar) e Ceilão (Sri Lanka) e foi uma espécie de ensaio para a Conferência de Bandung⁶, que ocorreria um ano mais

⁶ Vale ressaltar que antes da Segunda Guerra Mundial e dos movimentos de descolonização, foram realizadas conferências que reuniam colônias europeias. Exemplos são os Congressos de Berlim e de Bruxelas. No Congresso de Berlim, em 1926, a Índia apresentou um informe que demonstrava "os limites que a política tradicional dos países europeus impunha a qualquer esforço eficaz em favor da paz e as condições de cooperação entre Europa e Ásia. O primeiro equívoco dos povos da Europa – se lê nesse informe – é que sempre pensam os problemas internacionais em termos exclusivamente europeus; a segunda é que nunca fizeram nada para eliminar a causa eventual da hostilidade da Ásia em relação à Europa" (Guitard 1962, 11). Na

tarde. Em 1954, Índia e China declararam conjuntamente cinco princípios que regeriam suas relações: coexistência pacífica, respeito recíproco pela soberania e integridade territorial das partes, não ingerência nos assuntos internos, não-agressão, igualdade e privilégios recíprocos.

Um ano mais tarde, na Conferência de Bandung, pela primeira vez se reúnem representantes dos povos asiáticos e africanos, inaugurando a solidariedade afroasiática e a emergência do Terceiro Mundo no cenário internacional. A Conferência representou o início da tomada de consciência em relação ao papel que os novos países independentes deveriam exercer no mundo, no sentido de representar os excluídos, os oprimidos e os rejeitados nas grandes discussões internacionais do centro. À época dessa conferência, a maioria dos países Ásia já havia conquistado a independência política formal e a luta de libertação nacional na África começava a despontar. Nesse sentido, a conferência reuniu diferentes correntes do mesmo movimento de emancipação, em fases diferentes de desenvolvimento, além de unir países com distintos sistemas políticos, desde países monárquicos até socialistas. A heterogeneidade dos países, que a princípio poderia ser um obstáculo à coordenação da ação coletiva, foi superada pelo desejo comum de todos os países de enfrentar o subdesenvolvimento. Bandung, assim, representava uma tentativa de inverter a lógica da Guerra Fria e propor o debate Norte-Sul, ao invés do Leste-Oeste, e se posicionar como um polo de poder alternativo que tornaria a Guerra Fria bem mais complexa do que aparentemente poderia parecer.

Os princípios fundamentais acordados entre os países participantes foram, sobretudo, a luta contra o colonialismo e o racismo, o direito de todos os povos à autodeterminação (princípio este que já constava na Carta da ONU, mas seria aqui reforçado), a luta pela independência e pela liberdade de escolha dos Estados relativamente aos seus sistemas políticos e opções de inserção externa durante a Guerra Fria. O não-alinhamento, nesse sentido, não significava necessariamente equidistância, mas sim que os países teriam liberdade para se posicionar como preferissem (exemplo disso foi que Chou

Conferência de Bandung, os líderes Sukarno e Nehru lembraram da primeira manifestação de solidariedade entre os povos oprimidos que ocorreu na Conferência de Bruxelas, em 1927 e em Berlim em 1926. Segundo Guitard (1962, 12), "Berlim era a capital de uma Alemanha que havia sido privada de colônias e que havia se tornado então um dos refúgios dos primeiros nacionalistas dos impérios britânicos, francês e holandês. Foi aí onde os representantes dos povos colonizados, contando com o apoio moral da URSS, alentados e ajudados por certas personalidades políticas, literárias e científicas pertencentes às esquerdas europeias e por determinados governos da América Hispânica, impacientes da tutela econômica dos EUA – o Congresso foi financiado pela China Nacionalista e pelo México – decidiram que se celebraria em Bruxelas, em 1927, um congresso dos povos oprimidos [...] Participaram dessa conferência Albert Einstein e a senhora Sun-Yat-Sem, entre outros".

En Lai, durante a Conferência, fez acenos na direção dos Estados Unidos, propondo aos americanos uma declaração conjunta de coexistência pacífica).

Desse modo, Bandung significou o primeiro concerto entre a periferia sobre a estratégia de atuação coletiva no cenário global. Além disso, representou o surgimento de uma cultura do Sul (Wallerstein 1992), e uma agenda do Terceiro Mundo, com suas prioridades vinculadas ao desenvolvimento social, e não apenas econômico. Além disso, Bandung prematuramente lançou a ideia da necessidade de reconhecimento das diferenças, algo que no século XXI ganha força (Fraser 2007). Ao final da conferência, foram declarados em um comunicado contendo cinco sessões: A) Cooperação Econômica; B) Cooperação Cultural; C) Direitos do homem e autodeterminação; D) Problemas dos povos dependentes; E) Promoção da Paz e Cooperação Mundiais.

Com relação à cooperação econômica, foi reconhecida a urgência de promover o desenvolvimento econômico da zona afro-asiática dentro do respeito à independência nacional, por meio da assistência técnica (termo atualmente substituído por "cooperação técnica") entre participantes ou por meio de acordos multilaterais e bilaterais com o resto do mundo. Também foi solicitada a criação de um fundo especial das Nações Unidas para o desenvolvimento econômico e fora recomendado aos países afro-asiáticos que variassem suas exportações "manufaturando" suas matérias-primas e fomentando feiras inter-regionais e intercâmbios de delegações regionais. Além disso, clamou pela criação de uma agência internacional de energia atômica, insistindo sobre a necessidade de utilização desta para fins pacíficos (Guitard 1962).

No que tange à cooperação cultural, a declaração final enaltece as riquezas intelectuais da África e Ásia e aconselha o desenvolvimento de missões científicas, literárias e artísticas, o intercâmbio de livros, de professores e estudantes. Na seção "Direitos do homem e autodeterminação", se confirma a necessidade de plena adesão dos participantes à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos do Homem e se ressalta a necessidade dos países já independentes de ajudar os outros países colonizados a conquistar sua soberania. Em relação à "promoção da paz e da cooperação internacional" se manifesta o desejo de que se ampliem a quantidade de organizações internacionais e é solicitado ao Conselho de Segurança da ONU que conceda espaço para a participação dos países afro-asiáticos no seu seio. Além disso, ressaltou-se a defesa do desarmamento e a proibição de armas de destruição em massa, bem como a suspensão dos testes nucleares (Guitard 1962). Por fim, o comunicado final da Conferência de Bandung assinala os Dez Princípios da Coexistência, quais sejam:

Quadro 1: Os Dez Princípios da Coexistência de Bandung

- 1. Respeito aos direitos humanos fundamentais, conforme aos fins e aos princípios da Carta das Nações Unidas;
- 2. Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações;
- **3.** Reconhecimento da igualdade de todas as raças e a igualdade de todas as nações, pequenas e grandes;
- **4.** Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos outros países;
- **5.** Respeito ao direito de cada nação de defender-se individual e coletivamente conforme a Carta das Nações Unidas;
- **6. a)** Rejeição a todo acordo de defesa coletiva destinado a servir aos interesses particulares das grandes potências quaisquer forem;
- **b)** Rejeição a toda pressão que uma potência, qualquer que seja, tente exercer sobre outra;
- **7.** Abstenção a atos de ameaças de agressão ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país;
- **8.** Resolução de todos os conflitos por meios pacíficos, tais como negociação ou conciliação, arbitragem e resolução diante de tribunais, assim como outros meios pacíficos que possam eleger os países interessados, conforme a Carta das Nações Unidas;
- **9.** Estímulo dos interesses mútuos e a cooperação;
- **10.** Respeito à justiça e às obrigações internacionais.

Fonte: Guitard 1962.

Os Dez Princípios de Bandung traduzem a estratégia global dos países do Terceiro Mundo, em um cenário de Guerra Fria. A preocupação central é evitar um conflito direto ou indireto entre as superpotências e evitar que o sistema de alianças que levou à Segunda Guerra Mundial se repetisse, gerando um novo conflito global. No plano econômico, a conferência materializa aquilo que Samir Amin (2010) denomina "ideologia do desenvolvimento", que conheceu sua grande época precisamente entre 1955 e 1975, fase de auge da hegemonia americana no sistema mundial. O desenvolvimento, nesse período é visto como " a vontade de desenvolver as forças produtivas, de diversificar a produção, nomeadamente industrializando, bem como a vontade de assegurar ao Estado nacional a direção e o controle desse processo" (Amin 2010, n/p). Além de Bandung ter marcado a emergência da periferia no sistema mundial, ela influenciou e inspirou o surgimento do Movimento dos Não-Alinhados (MNAL), a partir da Conferência de Belgrado, em 1961.

Os princípios de Bandung foram adotados pelo MNAL e o seu cumprimento se tornou o critério para países aderirem ao bloco. A ideia era estimular uma participação ativa na política internacional por parte dos países membros, baseados em princípios, valores e ideias basilares, tais como apoio a autodeterminação, independência nacional, soberania e integridade territorial dos Estados; oposição ao *apartheid*; a não adesão a pactos militares multilaterais e a independência dos países não-alinhados em relação as rivalidades entre os dois blocos em disputa; a luta contra o imperialismo em todas as suas formas e manifestações; a luta contra o colonialismo, neocolonialismo, racismo, ocupação estrangeira e dominação; o desarmamento; não-ingerência nos assuntos internos dos Estados e a coexistência pacífica entre todas as nações; rejeição do uso ou ameaça de uso da força nas relações internacionais; o fortalecimento das Nações Unidas; a democratização das relações internacionais; o desenvolvimento socioeconômico e a reestruturação do sistema econômico internacional; bem como a cooperação internacional (MNAL 2015).

Tratam-se de princípios já discutidos em Bandung, mas que seriam institucionalizados a partir do Movimento dos Não-Alinhados, que atuaria, na prática para garantir que os povos oprimidos pela ocupação e dominação estrangeira pudessem exercer seu direito inalienável à autodeterminação e independência. Tal atuação seria obstaculizada pela enorme diversidade do bloco, em termos ideológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Países como Cuba⁷ teriam uma atuação mais contestatória em relação ao poderio americano e em algumas situações, defenderiam a União Soviética diante do MNAL, rejeitando a tese dos dois imperialismos e defendendo que a URSS, como país socialista e anti-imperialista, seria na verdade um aliado do Terceiro Mundo (Fernández 2003). Outros países lutavam justamente para obterem maior autonomia diante da União Soviética, como a Iugoslávia de Tito, por exemplo.

Desse modo, marcada por forte componente idealista, essa coalizão teve dificuldade em evoluir devido à heterogeneidade econômica e política en-

⁷ De 1959 até 1967, a prioridade da política externa cubana era estabilizar e consolidar a revolução. Mas já nessa fase há o suporte a guerrilhas na América Latina e a defesa de causas progressistas ao redor do mundo, o que o Fernández (2003) chama de exportação da revolução. Nesse período, Cuba é expulsa da OEA e isolada do resto do continente, e acaba buscando o apoio econômico e moral de Moscou, apesar das divergências sobre como deveria ser a estratégia revolucionária. Ou seja, esse não foi o período de maior sintonia entre Cuba e União Soviética, principalmente porque a União Soviética ficou desconfiada com a participação de Cuba no Movimento dos Não-Alinhados, por exemplo. Já no período de 1968 até 1974, Cuba e União Soviética tiveram uma maior aproximação, com o apoio de Cuba à invasão da Tchecoslováquia. Assim sendo, com o auxílio e proteção econômica e militar, Cuba fica livre para exercer um maior protagonismo internacional na década de 1970 (Fernández 2003).

tre seus membros, o que dificultava uma ação coletiva mais incisiva em prol do desenvolvimento (Soares de Lima & Hirst 2009). Ademais, diversos países recém-independentes encontravam-se ainda atrelados à dominação indireta de países industrializados mais poderosos (a despeito da independência formal), o que dificultava a mobilização rumo a uma via autônoma de desenvolvimento (Linhares 2006).

Apesar disso, a demanda por acelerar o desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo e, mais do que isso, fomentar um comércio mais equilibrado entre Norte e o Sul, foi amplamente defendida pelos países periféricos no período. Nesse sentido, a criação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o surgimento do G-77, em 1964, representam a capacidade de influência e o peso político que os países em desenvolvimento passariam a exercer no âmbito da ONU, pressionando por uma nova ordem econômica internacional que fosse mais justa e igualitária. O objetivo do G-77 é, pois, fornecer os meios para que os países do Sul pudessem articular e promover seus interesses econômicos coletivos e melhorar a sua capacidade de negociação conjunta no sistema das Nações Unidas.

Na Declaração Conjunta do G-77 da Conferência de Genebra de 1964 foram destacados os problemas do déficit comercial em países em desenvolvimento e a deterioração dos termos de troca (Grupo dos 77 1964). Na Carta de Argélia, de 1967 ressaltou-se a necessidade de um novo acordo global sobre *commodities*, dado que os países desenvolvidos aumentaram o grau de proteção sobre diversos produtos agrícolas (enquanto o preço médio dos produtos primários exportados por países em desenvolvimento diminuiu 7% desde 1958, os preços de exportação dos mesmos produtos nos países centrais aumentaram 10%). Segundo a Carta,

Com algumas notáveis exceções, os termos e condições de financiamento do desenvolvimento estão se tornando cada vez mais onerosos; a proporção de subvenções está em declínio; as taxas de juros estão aumentando; os períodos de reembolso estão encurtando e empréstimos ao desenvolvimento estão se tornando cada vez mais condicionados. Práticas discriminatórias e disposições em matéria de transporte e aumento das taxas de frete agravaram ainda mais a situação da balança de pagamentos, prejudicando o esforço para promover as exportações nos países em desenvolvimento (Grupo dos 77 1967).

A Carta de Argel simbolizou, desse modo, a primeira reivindicação conjunta e organizada sobre temas que seriam retomados e ainda estariam em discussão no século XXI, como a questão das barreiras tarifárias dos países desenvolvidos sobre produtos agrícolas. A Carta assinala que o G-77 parte

do pressuposto de que "em um mundo cada vez mais interdependente, a paz, o progresso e a liberdade são comuns e indivisíveis" e, "por conseguinte, o desenvolvimento dos países em desenvolvimento irá beneficiar os países desenvolvidos também" (Grupo dos 77 1964). Assim sendo, há uma clara noção de que a responsabilidade para o desenvolvimento dos países periféricos repousa também sobre os países desenvolvidos, sendo uma ação coletiva global. A Carta também ressalta que os países em desenvolvimento devem reduzir as desigualdades entre eles, visto que dentro do próprio Terceiro Mundo existem países mais industrializados que outros.

Nesse âmbito, vale destacar que a Conferência do G-77 em Argel foi precedida, um ano antes, por uma conferência que marcaria o início de uma solidariedade que inclui além dos continentes asiáticos e africanos, o continente latino-americano. Trata-se da Conferência Trilateral de Havana, de 1966, que fundou a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL). Essa conferência teria um caráter de solidariedade revolucionária, condenando o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo. Enquanto o G-77 teria um caráter vinculado à ONU e colocaria no centro do debate o desenvolvimento econômico, a Conferência Trilateral traria a denúncia de problemas sociais, como a fome, a pobreza e a miséria no Terceiro Mundo, e possuía um caráter normativo no sentido de fomentar e instrumentalizar as lutas por libertação ao redor do mundo.

Por conseguinte, o que se observa nessa fase inicial de desenvolvimento das relações sul-sul (1955-1966) é uma tentativa de primeiro consolidar a descolonização dos povos afro-asiáticos através das lutas de libertação nacional e, concomitantemente, apresentar uma agenda de desenvolvimento própria do Terceiro Mundo, colocando pela primeira vez em organizações internacionais pautas como a pobreza, a miséria, a fome, o racismo e a desigualdade econômica. Nessa época, surgem mecanismos multilaterais autônomos ligando a periferia do sistema mundial, como a Conferência de Bandung, o Movimento dos Não-Alinhados e a Trilateral de Havana, que serviriam para instrumentalizar as estratégias de política externa dos países do Terceiro Mundo durante a Guerra Fria, fornecendo princípios basilares e valores que vão além do caráter econômico, possuindo uma dimensão social e política. Ao mesmo tempo, mecanismos como a UNCTAD e o G-77 reforçam as disparidades no comércio internacional e pressionam por uma agenda de desenvolvimento que leve em conta o caráter agroexportador dos países do Terceiro Mundo e fortaleça a sua industrialização.

Vale ressaltar que a emergência dessas agendas de desenvolvimento está fortemente vinculada às promessas que o sistema-mundo sob hegemonia americana apresentava aos países em desenvolvimento, conformando a "ideologia do desenvolvimento" (Wallerstein 1992; Amin 2010). E, sendo assim, a *Pax* Americana, conforme mencionamos, já nasce com um caráter de instabilidade, muito em parte devido ao surgimento de uma periferia mais autônoma. Segundo Arrighi (1996, 293), "prometeram-se o direito à autodeterminação e o desenvolvimento (isto é, ajuda para se equipararem aos padrões de riqueza e bem-estar criados pelas nações ocidentais)" mas como consequência "gerou expectativas que ameaçaram seriamente a estabilidade da hegemonia norte-americana e acabaram por precipitar sua crise". Diante disso, a emergência da periferia possui implicações sistêmicas e, nesse momento inicial, iria contribuir para a crise da hegemonia americana e o início de uma reação conservadora que atingiria seu auge na década de 1980.

2. De Lusaka à Buenos Aires (1967-1978): A Nova Ordem Econômica Internacional e a emergência da Cooperação Sul-Sul

A fase que inicia na virada da década de 1960 para a década de 1970 marca o início do declínio da hegemonia norte-americana com a Guerra do Vietnã e o surgimento de competidores no nível econômico, como Europa e Japão, que se reergueram justamente através da Cooperação Norte-Norte desenvolvida pelos EUA no pós-guerra. Segundo Wallerstein (1992), enquanto o período que vai de 1945 até 1967 é marcado por uma dominação política e militar e uma liderança cultural incontestável dos EUA, o período que se segue é de reações sistêmicas à sua hegemonia, reações que se diferem dos clássicos movimentos anti-sistêmicos (nacionalismo e socialismo), e estão ligados a revolução mundial de 1968, as guerras na Argélia e Vietnã e a emergência do Terceiro Mundo. Ademais, no âmbito cultural, a própria ideologia do desenvolvimento vai se erodindo, pois os novos países descolonizados se dão conta que a independência nacional não significou a libertação total dos laços econômicos e, por conseguinte, acabam denunciando com mais vigor as desigualdades sistêmicas.

Verifica-se, então, a partir de 1967, o fortalecimento de uma agenda de desenvolvimento econômico que já havia sido lançada em meados de 1960 com a UNCTAD e o G-77. O próprio Movimento dos Não-Alinhados passaria a ganhar uma conotação econômica. Conforme ressalta Amin (2010, n/p), "o Movimento dos Não-Alinhados [...] iria deslizar progressivamente de posições de uma frente de solidariedade política centrada no apoio às lutas de libertação e na recusa de pactos militares às de um 'sindicato de reivindicações econômicas em relação ao Norte'". Ademais, tal período marca o início dos primeiros diálogos na ONU para instrumentalizar as relações sul-sul, e se intensifica a ideia de cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

Geograficamente, tem-se a inclusão dos países latino-americanos à agenda do Sul, carregando consigo a agenda econômica desenvolvida pela CEPAL na década de 1950, com a denúncia sobre a deterioração dos termos de troca dos países da região.

O contexto econômico de fins da década de 1960, vale mencionar, é de declínio da participação dos países em desenvolvimento nas exportações do comércio mundial de um terço em 1950 para um sexto em 1969. Além disso, pesa o declínio dos fluxos financeiros em termos de percentagem do Produto Nacional Bruto (PNB) dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento e o aumento dos fluxos financeiros de países em desenvolvimento para os países desenvolvidos por meio de pagamentos de dívidas, dividendos, *royalties* e serviços financeiros e comerciais. A pobreza das nações em desenvolvimento é evidenciada como um problema crítico, dentro de um contexto econômico mundial desigual herdado do passado colonial. Nesse sentido, a ocupação de partes dos territórios dos países em desenvolvimento pelas antigas metrópoles ou governos minoritários priva esses grupos de seus recursos naturais e constitui um obstáculo ao seu desenvolvimento.

Diante desse cenário, a Conferência de Lusaka, de 1970, trouxe consigo o princípio de *autossuficiência coletiva*, ou seja, a ideia de que os países periféricos não deveriam esperar pela benevolência dos países ricos para que uma nova ordem internacional surja. Isso significaria que os países do Terceiro Mundo seriam responsáveis pelo próprio desenvolvimento, com "maior controle de seus recursos naturais, busca do desenvolvimento científico e tecnológico próprio, melhorias em seus sistemas educacionais, assim como medidas externas (maior cooperação econômica e técnica entre estes países, associações e incremento de intercâmbio comercial, etc.)" (Pino 2014, 164).

Além da agenda econômica, em Lusaka também fora reforçada a necessidade: a) de tomar medidas eficazes e concretas contra todas as forças que violem a independência e a integridade territorial dos países não-alinhados; b) de prosseguir os esforços para a dissolução de grandes alianças militares, em circunstâncias que garantam a segurança de todos os Estados e povos; c) de afirmar o direito de todos os países a participarem nas relações internacionais em pé de igualdade, sendo imperativa a democratização das relações internacionais; d) de oferecer apoio ao desarmamento; e) de intensificar os esforços conjuntos para a liquidação do colonialismo e da discriminação racial (para esse fim, reiteram o seu apoio moral, político e material possível máximo para movimentos de libertação nacional) e; f) de prosseguirem os seus esforços no sentido de fortalecer o papel e a eficácia da Organização das Nações Unidas, bem como promover a universalidade da ONU, garantindo, por exemplo, à República Popular da China seu lugar de direito na organização, e a admissão

de outros países, incluindo os que estão divididos (Movimento dos Não-Alinhados 2015).

A Conferência de Lusaka, desse modo, materializa a ideia de que os países periféricos agora são responsáveis por seu próprio desenvolvimento, representando uma tomada de consciência das novas nações emergentes em relação aos seus rumos, não deixando, porém, de denunciar as desigualdades e injusticas na economia internacional. Em Lusaka se exige especialmente dos países membros uma utilização justa dos recursos naturais, que promova bem-estar na sociedade, emprego, renda e oportunidades sociais. Em 1973, os países Não-Alinhados apresentam a Carta de Argel, se posicionando a favor do fim dos conflitos em diversas regiões do Terceiro Mundo. Para o Oriente Médio, a Carta reclama o cumprimento de resoluções da ONU que obrigam a Israel a evacuar os territórios ocupados em 1967; condena a apropriação ilegítima do território palestino e clama pelo restabelecimento dos direitos do povo palestino. Com relação ao Sudeste Asiático, a Carta celebra os Acordos de Paris e os considera como uma vitória do povo do Vietnã; condena a ingerência norte-americana na Indochina; convida os países a ajudar na reconstrução do Vietnã; condena a invasão do Camboja, afirmando que o seu governo legal é formado pelo príncipe Norodom Sihanouk; apoia a ação de reunificação pacífica empreendida pelo povo coreano e a retirada de tropas estrangeiras da Coreia do Sul. Para a África, a Carta de Argel condena os regimes racistas que contam com apoio econômico, político e militar de países do Ocidente; denuncia a ajuda desigual que os países da África recebem por parte de certos países da OTAN; afirma que apenas a luta armada colocará fim à dominação colonial na região. Para a América Latina, a Carta condena a existência de dominação colonial na região e presta apoio à luta do povo do Porto Rico por sua liberdade e independência; além disso, exige que os EUA retirem suas forças militares do território cubano, panamenho e porto-riquenho e os devolva a seus legítimos donos.

Durante a Conferência de Argel, de 1973, os países-membros enviaram uma solicitação ao secretário-geral da ONU para convocar uma sessão extraordinária na Assembleia Geral com o intuito de debater problemas concernentes ao comércio de matérias-primas e ao desenvolvimento. Um ano mais tarde, são firmadas a Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial (Resolução 3.201 de 1974), de modo a fomentar o comprometimento dos países membros em distribuir de forma mais justa os recursos naturais, humanos e econômicos, determinando o aumento de assistência para países em desenvolvimento, a promoção de condições favoráveis na transferência de recursos financeiros para países periféricos, bem como a soberania dos Estados no gerenciamento de recursos naturais e atividades

econômicas. Paralelamente, foi assinado um Plano de Ação para uma Nova Ordem Econômica Mundial (Resolução 3.202), buscando instrumentalizar e orientar as práticas dos países, incluindo, em um de seus itens, a necessidade de reforma no Sistema Monetário Internacional (FMI). Em 1974, também é elaborada a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados (Resolução 3.281, de dezembro de 1974).

Nesse sentido, a Nova Ordem Econômica Internacional consistia em um conjunto de propostas (sobretudo de países do Terceiro Mundo) com o objetivo de expandir as instituições da ONU, constituindo um desafio ao direito internacional vigente à época (RAJAGOPAL, 2003). No que tange às práticas de cooperação, na década de 1970 são incrementadas as críticas ao modelo de assistência Norte-Sul e começa a se desenvolver teoricamente o conceito de Cooperação Sul-Sul, operacionalizado e regulado em diversos organismos internacionais, mas principalmente na ONU: em 1972 é criado um grupo de trabalho sobre cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) e, em 1974, é formada a Unidade Especial de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, vinculada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que acabou se tornando "ponto focal da Cooperação Sul-Sul no âmbito do sistema da organização, ao promover, gerir e coordenar essa cooperação e estabelecer o elo entre o PNUD e o G-77" (Pino 2014, 65).

É com a Conferência de Buenos Aires, de 1978, que se tenta, pela primeira vez, organizar e institucionalizar a prática da Cooperação Sul-Sul no âmbito da ONU. O Plano de Ação de Buenos Aires, resultado das discussões realizadas nessa conferência, desenvolve o conceito de cooperação técnica baseado na reciprocidade e horizontalidade, instrumentalizada através do intercâmbio de conhecimentos, informações, tecnologias e técnicas de gestão em políticas públicas nas áreas de educação, saúde, agricultura, entre outras. O ano de 1978 é um marco na Cooperação Sul-Sul pois pela primeira vez foram elaborados conceitos e princípios de maneira conjunta entre os países periféricos, colocando em destaque a ideia de que a prática social de um país pode ser replicada em outros países e gerar desenvolvimento. Tratava-se, em suma, "da promoção da autossuficiência dos países em desenvolvimento e o fortalecimento de suas capacidades para analisar, identificar e resolver seus principais problemas" (PINO, 2014, p. 66). No sentido de instrumentalizar, organizar e promover a prática da Cooperação Sul-Sul, foi criado o Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul (órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU), que se tornou uma importante entidade normativa em matéria de cooperação entre países em desenvolvimento.

Diante desse panorama sobre a evolução das relações entre a periferia no período, o que se observa no nível sistêmico é que a Cooperação Sul-Sul passam a ser cada vez mais institucionalizada no âmbito da ONU, enquanto que os mecanismos autônomos de atuação, como o Movimento dos Não-Alinhados, vão perdendo importância e se tornando cada vez mais foros de diálogos e de manifestações ideológicas. Em termos de coordenação da ação coletiva, ela é enfraquecida quando o número de membros é alto e, para se tornar efetiva, necessita que alguns membros se disponham a arcar com custos políticos e econômicos de forma desproporcional em prol da coesão do grupo. Diante disso, o momento inicial das relações sul-sul é marcado por desafios à coordenação da ação coletiva, mas também é caracterizado por uma maior ousadia dos países do Sul na reivindicação de suas demandas, após a descolonização da grande maioria dos países afro-asiáticos. A progressiva industrialização da periferia, segundo Amin (1997), enfraquece a polarização típica do sistema mundial capitalista, e contribui, no período analisado, para o declínio da hegemonia estadunidense, que passa a ser cada vez mais contestada sob a forma de movimentos antissistêmicos e a irrupção de regimes marxistas-leninistas no Terceiro Mundo.

Conclusões

O período que vai de 1955 a 1978 marca a consolidação e o estabelecimento de uma agenda da periferia e a inserção internacional de um terceiro bloco na ordem internacional da Guerra Fria, contribuindo para o declínio da hegemonia norte-americana. Esse período se subdivide em duas fases principais: enquanto que de 1955 a 1967 tem-se as lutas pela libertação nacional na África e Ásia, o não-alinhamento e o desenvolvimento dos primeiros arranjos ligando a periferia global como a Conferência de Bandung, o Movimento dos Não-Alinhados, a UNCTAD e o G-77; de 1967 a 1978, as demandas se concentram na luta por uma nova ordem econômica internacional e na necessidade de desenvolver e institucionalizar a Cooperação Sul-Sul. Como consequência desse momento inicial, se observa na década de 1980 e 1990 uma espécie de reação conservadora, que serviria para obstaculizar a Cooperação Sul-Sul e inserir a periferia na lógica Norte-Sul de cooperação, com o avanço dos princípios do neoliberalismo, que exigiam ajuste fiscal aos governos de países em desenvolvimento como condição para receber cooperação.

Nesse sentido, a lógica da periferia na década de 1980 e início da década de 1990 é de refluxo da agenda social de desenvolvimento e de arrefecimento dos arranjos típicos do contexto da Guerra Fria, como o Movimento dos Não-Alinhados. Porém, a partir de meados da década de 1990, verifica-se um novo impulso na Cooperação Sul-Sul, reorganizado sob a nova lógica de poder que se observa com o fim da Guerra Fria, desta vez com a emergên-

cia de uma semiperiferia ativa. Durante o período analisado neste artigo, de 1955 a 1978, verificou-se que os países da periferia tinham dificuldade em lidar com a lógica da ação coletiva, dada a heterogeneidade interna dos seus membros. Os países mais poderosos do Terceiro Mundo, como China, Índia e Brasil, atuavam dentro da lógica de poder da Guerra Fria, muitas vezes distanciando-se da ideia de arcar com os custos da liderança do Terceiro Mundo. Assim sendo, não houve uma consonância plena entre a atuação externa da periferia e a da semiperiferia. A China, especialmente, ao estabelecer aliança com os EUA na década de 1970 contribuíra para contrabalancear o poderio soviético, entrando dentro da lógica da tripolaridade estratégica desenvolvida por Kissinger e Nixon. O Brasil, a despeito de viver alguns momentos de um paradigma mais globalista e de diversificação das parcerias com outros continentes, em boa parte desse período se viu alinhado na lógica norte-americana da doutrina das fronteiras ideológicas, afastando o perigo comunista dos países latino-americanos. A Índia, por sua vez, acabou se aproximando da União Soviética, sobretudo após o apoio norte-americano ao Paquistão, e acabaria formando um eixo desde Aden até o Estreito de Málaga, contrapondo-se ao eixo sino-americano.

Nesse sentido, verifica-se que o momento inicial de emergência da periferia a partir da Conferência de Bandung contou com a participação moderada das potências intermediárias, que procuraram se inserir dentro da lógica de poder da Guerra Fria, buscando extrair vantagens da aliança com uma das superpotências. Entretanto, no momento atual da Cooperação Sul-Sul, com o fim da Guerra Fria, os países da semiperiferia passam a atuar cada vez mais sintonizados com a periferia e entre si, conformando blocos como o BRICS e o IBAS. Esses novos arranjos apresentam caráter reformista da ordem internacional e buscam novas soluções e formas de cooperação para lidar com problemas concernentes ao desenvolvimento, tão caro aos países da periferia. A criação do Banco dos BRICS e a cooperação na área militar sinalizam um crescente protagonismo desse grupo de países, que tem se portado como porta-vozes dos países em desenvolvimento através dos seus modelos de cooperação diferenciados da lógica Norte-Sul que imperava nas décadas de 1980 e 1990.

A China tem baseado sua cooperação nos princípios de igualdade e benefício mútuo, ausência de condicionalidades políticas e econômicas e um componente de críticas implícitas às supostas segundas intenções da Cooperação Norte-Sul. Mais recentemente, tem se dedicado à cooperação econômica e a construção de infraestrutura na África, em uma espécie de disputa geoeconômica por espaço com as velhas potências inseridas no continente. A Índia, por sua vez, tem contribuído com a inserção de produtos intensivos em tecno-

logia e produtos farmacêuticos a custo baixo no continente africano e sua cooperação é destacada nas áreas de Tecnologia da Informação, energia nuclear, tecnologia aeroespacial e energias renováveis. E o Brasil, por sua vez, tem investido no alto perfil diplomático e na modalidade técnica da cooperação, sobretudo com a América Latina e países da África Lusófona, com o compartilhamento da *expertise* de técnicas e tecnologias sociais dos órgãos do governo e empresas estatais brasileiras como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Saúde (MS), EMBRAPA, FIOCRUZ, entre outras. Nesse sentido, a periferia no Pós-Guerra Fria possui uma gama mais ampla de opções estratégicas, o que indica que uma maior multipolaridade tem trazido benefícios para a periferia, trazendo novas alternativas de alinhamento e cooperação. Isso não significa que as relações sul-sul são expressão exclusiva da solidariedade e do altruísmo, estando também sujeita aos interesses dos Estados Nacionais pensados como unidades autônomas.

No entanto, a história ensinou que a emergência da periferia pode trazer consigo uma espécie de reação conservadora, conforme observada nas décadas de 1980 e 1990. Nesse sentido, importa observar as reações sistêmicas das potências tradicionais à emergência dos novos polos de poder, sobretudo as reacões aos BRICS. Outro ponto a atentar é que a situação da periferia depende fortemente de como atua a semiperiferia, que pode se render à lógica da alta política e servir como peça de xadrez no jogo da superpotência. A construção da hegemonia, como bem aponta Arrighi (1996), possui um componente de liderança, ou seja, de fazer da vontade individual do país uma vantagem geral. Desse modo, as opções estratégicas dos países da semiperiferia devem considerar os seus impactos de longo prazo sobre a periferia, de modo a construir confiança mútua. Os BRICS, por conseguinte, devem construir mecanismos institucionais que deem mais voz à periferia, e não apenas buscar a concertação entre si. Assim como os BRICS apresentaram um modelo alternativo ao monopólio financeiro e monetário do Sistema de Bretton Woods, no campo político deveriam avançar discussões que levem em consideração um sistema alternativo à ONU, um sistema que seja mais democrático e leve em conta o peso da periferia, tanto em termos de unidades políticas em relação ao resto do mundo quanto em termos de população e participação na economia mundial.

Não se trata apenas de buscar soluções no nível institucional e internacional, como a teoria neoliberal das Relações Internacionais propõe, mas de pensar de forma realista em estratégias que coadunem os interesses da semiperiferia e da periferia e contribuam para um maior equilíbrio e desconcentração do poder mundial. Portanto, no contexto atual, de crise de hegemonia, importa a disputa de ideias, valores e princípios, atrelada diretamente à

capacidade da semiperiferia produzir alternativas e soluções para o desenvolvimento. A periferia (sobretudo a África) pode se beneficiar da disputa geoeconômica entre centro e semiperiferia, na medida em que se proliferam alternativas de investimento e cooperação. Entretanto, cabe à periferia estabelecer suas prioridades e formas de atuação, podendo resgatar ou não a estratégia de concertação da época de Bandung e do Movimento dos Não-Alinhados.

REFERÊNCIAS

- Amin, Samir. 1997. Los desafios de la mundialización. Madrid: Siglo Veintuone Editores.
- _____. 2010. 50° Aniversário da Conferência da Bandung. Entrevista com Samir Amin conduzido por Rémy Herrera. In: Marxismo Revolucionário Atual, Acesso em 09. jun.2015. http://resistir.info/samir/bandung_port.html.
- Arrighi, Giovanni. 1996. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Fernández, Damian. 2003. *Cuba: talking big, actin bigger*. In: Mora, Frank & Hey, Jeanne (eds). Latin American and Caribbean foreign policy. Boulder: Rowman &Littelfiield.
- Fraser, Nancy. 2007. Reconhecimento sem ética? São Paulo: Lua Nova, 70: 101-138.
- Guitard, Odette. 1962. *Bandung y el despertar de los pueblos coloniales*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires.
- Grupo dos 77. 1964. *Joint Declaration of the Group of 77*. Genebra, 15 de junho de 1964. Acesso em 10.jun.2015. http://www.g77.org/doc/Joint%20 Declaration.html.
- Linhares, Maria Yedda Leite. 2005. "Descolonização e lutas de libertação nacional". In: Reis Filho, Daniel Aarão; Ferreira, Jorge; Zenha, Celeste. (orgs.). O século XX: o tempo das crises, revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2): 35-64.
- Movimento dos Não-Alinhados. 2015. History, Evolution, Purposes and Principles. Acesso em 09.jun.2015. http://namiran.org/background-general/.
- Olson, Mancur. 1965. *The Logic of Collective Action*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Osterhammel, Jürgen e Niels Peterson. 2005. *Globalization: a short history*. Princeton/Oxford: Princeton University Press.

- Pino, Bruno Ayllón. 2014. Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul. In: Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. Organizador: André de Mello e Souza. Brasília: Ipea.
- Rajagopal, Balakrishnan. 2003. International Law from Below Development, Social Movements and Third World Risistence. Cambridge: Cambridge University Press.
- Soares de Lima, Maria Regina; Hirst, Mônica. 2009. Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e oportunidades para novas parcerias. São Paulo: IUPERJ.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2011. As Relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte: Fino Traço. ISBN: 978-85-8054-042-0.
- Wallerstein, Immanuel. 1992. *Geopolitics and geoculture*. Cambridge: Cambridge University Press.

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a fase inicial de desenvolvimento das relações sulsul e da emergência da periferia, considerando que a Cooperação Sul-Sul tal qual a conhecemos hoje deu seus passos iniciais no contexto do início da Guerra Fria, com a descolonização de países afro-asiáticos e a formação dos primeiros arranjos ligando a periferia global, como a Conferência de Bandung, a criação do Movimento dos Não-Alinhados, do G-77 e da UNCTAD. Nessa primeira fase, o objetivo era garantir a descolonização e o não-alinhamento. A partir da década de 1970, países da América Latina e África Subsaariana também passam a se envolver de forma crescente com a agenda do Terceiro Mundo, em uma tentativa de fomentar a cooperação política, econômica e técnica entre países em desenvolvimento. A Cooperação Sul-Sul passa a ser progressivamente institucionalizada no âmbito da ONU, sobretudo com a Conferência de Buenos Aires de 1978.

PALAVRAS-CHAVE

Periferia; Cooperação Sul-Sul; Conferência de Bandung; Conferência de Buenos Aires; BRICS.

Recebido em 8 de julho de 2015. Aprovado em 10 de agosto de 2015.